

Votação do pacote de Pozzobom é adiada

JOSÉ MAURO BATISTA

jose.batista@diariosm.com

A bancada governista na Câmara de Vereadores corre contra o tempo para aprovar, ainda esta semana, cinco dos seis projetos encaminhados na sexta-feira pelo prefeito Jorge Pozzobom (PSDB). Embora nenhum tramite em regime de urgência, o governo tem pressa na aprovação do pacote. A expectativa é que um acordo torne possível a votação na quinta-feira.

O governo esperava iniciar a discussão na sessão de ontem, mas não houve acerto com a oposição. O líder do bloco oposicionista, Valdir Oliveira (PT), alegou que não houve tempo para análise das propostas. Os pareceres técnicos dos projetos, pela Câmara, também não estavam prontos. Ainda na quinta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Orçamento e Finanças farão reunião conjunta para analisar os projetos e emitir os pareceres.

– Vamos nos reunir para analisar todos os projetos, um a um. Não tem como fazer acordo antecipado e garantir a votação na quinta-feira – disse o petista.

Mesmo que o governo diga que todos os projetos são prioritários, há urgência para o que prevê a contratação de 28 cargos técnicos, entre eles engenheiros e arquitetos, que serão nomeados como cargos de confiança.



GABRIEL HAESBAERT

SEM ACORDO Governo e oposição não chegaram a um consenso

A prefeitura alega que os profissionais, que custarão R\$ 140 mil por mês, são necessários para a retomada das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e agilizar a análise de projetos de empreendimentos, a liberação de alvarás e a regularização fundiária. O Executivo diz que perderá R\$ 44,8 milhões se não retomar o PAC. Já a instalação do Poupa Tempo é a aposta para destrancar 4,4 mil obras novas.

– Acho difícil a oposição votar contra – projeta o presidente da Casa, Admar Pozzobom (PSDB).

O líder do governo, Manoel Badke (DEM), Maneco, também acredita no consenso para votação na quinta-feira. A ideia é convocar sessão extraordinária para concluir as duas votações necessárias.

LEI DE USO DO SOLO

O projeto que altera a Lei do Uso e Ocupação do Solo não entrará na pauta tão cedo. Como o assunto é mais complexo por alterar regras para a construção civil, a Câmara terá que formar comissão especial e convocar audiência pública. A comissão tem prazo de 60 dias prorrogáveis por mais 30 para enviar a matéria ao plenário. O assessor superior de Relações Legislativas da prefeitura, Paulo Denardin, diz que a mudança na lei viabilizará a construção de dois hotéis na região da Estação Rodoviária, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, onde é proibido esse tipo de empreendimento. Segundo ele, as duas redes estariam dispostas a investir R\$ 50 milhões se conseguirem a liberação.

Pedido de análise da declaração do vereador Diniz é arquivado

A Comissão de Constituição e Justiça, Ética e Decoro Parlamentar (CCJ) da Câmara decidiu, ontem, arquivar pedido de abertura de comissão processante para analisar declarações do vereador Daniel Diniz (PT) na sessão de 16 de março. Conforme o ouvidor da CCJ, Juliano

Soares (PSDB), Juba, não havia clareza na ata da sessão.

– Resolvi arquivar porque não havia clareza na denúncia, não tinha fato determinado – explicou Juba, sobre o parecer, aprovado por unanimidade na CCJ.

O pedido de análise por quebra de decoro foi encaminhado

pela Mesa Diretora por sugestão do presidente da Casa, Admar Pozzobom (PSDB), que não gostou do discurso de Diniz afirmando que o Legislativo ficaria manchado “se todos os problemas que não aparecem TV Câmara vierem para a tribuna”.

– A ideia é colocar um ponto

EM PAUTA

■ **Lei anticorrupção** – Prevê responsabilização direta de empresas que praticarem atos de improbidade contra a administração pública. A multa é uma das punições previstas. Esse projeto, em princípio, não terá resistência da oposição.

■ **Compensação de créditos e débitos** – Permite que a prefeitura compre produtos e contrate serviços de empresas devedoras sem precisar pagar em dinheiro. Na prática, a dívida é trocada por venda de produtos e serviços. A proposta, em princípio, encontrará resistência da oposição.

■ **Limite para ingresso de ações** – Altera o limite mínimo para o ingresso de ações judiciais pelo Município, que passa de R\$ 688,32 para R\$ 1.614,00. Em princípio não deverá ter resistência da oposição.

■ **Prazo menor para devedores** – Prevê que contribuintes sejam inscritos em dívida ativa tão logo vença o prazo de pagamento de taxas e impostos. Por mexer com pequenos contribuintes, deverá encontrar resistência na oposição.

■ **Superintendência de Alvarás** – Órgão passa da Secretaria de Regulação Urbana para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação. Proposta deverá passar fácil.

Paulo Magnago comandará Apusm até 2019

O professor Paulo Magnago comandará a Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (Apusm) no biênio 2017-2019. Ele tomou posse, no dia 26 de abril, no lugar da presidente Tania Moura da Silva.

Na cerimônia, Magnago destacou que concorreu como chapa única por um único motivo: “dar continuidade ao ótimo trabalho feito pela gestão anterior”.

NOVA DIREÇÃO

■ **Presidente** – Paulo Roberto Magnago

■ **Vice-presidentes** – Eduardo Rizzatti (1º vice-presidente) e Martha Adaima (2º vice-presidente)

■ **Secretários** – Luis Fernando Sangoi (1º secretário), Oni Lacerda da Silva (2º secretário).

■ **Tesoureiros** – Ivan Henrique Vey (1º tesoureiro) e Cleber Biazus (2º tesoureiro)

RÁPIDAS

■ **Dados abertos** – O governador José Ivo Sartori assina hoje o decreto que regulamenta a política de dados abertos no Estado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação. Dados Abertos são informações públicas produzidas pelas instituições estatais e disponíveis para acesso de todos os cidadãos.



Venda e Assistência Técnica Especializada de Máquinas e Motores.

ROÇADEIRA OLEO-MAC

Avenida Walter Jobim, 120. Bairro Patronato Santa Maria - RS
Fone: (55) 3225.2137

